

RECURSO ESPECIAL Nº 1.757.345 - SP (2018/0191936-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**
ADVOGADOS : **HELDER MASSAAKI KANAMARU - SP111887**
 : **THAIS DE MELLO LACROUX - SP183762**
RECORRIDO : **CLEVERSON MOYA VINGNON GUIMARAES**
ADVOGADO : **JOÃO MARTINS NETO - SP213219**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET. CANCELAMENTO INDEVIDO. DANOS MORAIS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Telefônica Brasil S.A. contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 338):

Prestação de serviços de internet. Ação de obrigação de fazer cumulada com indenizatória por danos morais. Sentença de procedência. Apelação da ré.

Cancelamento indevido dos serviços de internet que revela a ocorrência do dano moral, dado o caráter de essencialidade desses serviços.

Mantido o quantum indenizatório fixado na sentença, pois próximo aos valores aplicados por esta C. Câmara em casos semelhantes.

Recurso não provido.

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 210-222), a recorrente alega violação dos arts. 884 do Código Civil de 2002 e 371 e 489 do Código de Processo Civil de 2015, bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação do acórdão recorrido, a inexistência de danos morais, o valor exorbitante da condenação e que o termo inicial dos juros de mora é a data de sua fixação e não da citação.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 189-192).

O Tribunal de origem admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 194-195).

Brevemente relatado, decido.

Consoante se extrai dos autos, o Tribunal de origem, ao julgar a apelação interposta pela ora recorrente, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 155-157):

Resguardado o entendimento do douto Relator, o cancelamento indevido do fornecimento de serviços de telefonia ou internet, por si só, revela a ocorrência do dano moral, dado o caráter de essencialidade desses serviços nos dias atuais.

Ademais, na hipótese dos autos, o autor alega ter feito inúmeras reclamações no serviço de atendimento ao cliente da ré (f. 13), porém sem sucesso e comprova ainda ter encaminhado à ré notificação extrajudicial (f. 11/12), buscando a solução do problema.

Todos esses transtornos somados à impossibilidade de utilização dos serviços de internet, são fatos que ultrapassam o mero aborrecimento do cotidiano, justificando a indenização por dano moral.

Também, no que diz respeito ao quantum indenizatório, o valor fixado na sentença deve ser mantido, pois está em consonância com os valores aplicados por esta C. Câmara em casos semelhantes.

Assim, pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

Desse modo, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

No que tange à configuração dos danos morais, a Corte estadual consignou que houve ofensa à dignidade da pessoa humana e transtornos consideráveis que fogem à normalidade em razão da conduta ilícita da recorrente.

Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado ante a natureza excepcional da via eleita, conforme enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Relativamente ao *quantum* indenizatório, é certo que o entendimento deste

Tribunal é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de danos morais somente deve ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Na espécie, observa-se que a verba indenizatória fixada em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) atende aos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como às especificidades da causa, de modo que também incide o óbice da Súmula n. 7/STJ no ponto.

No que concerne ao termo inicial dos juros de mora, constata-se que o acórdão recorrido se alinhou à jurisprudência desta Corte Superior ao fixar a data da citação como o termo inicial para sua incidência, conforme se verifica do seguinte julgado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFECÇÃO HOSPITALAR. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO RECURSO.

(...) 3. Tratando-se de reparação de dano moral, os juros de mora incidem desde o evento danoso, em casos de responsabilidade extracontratual (Súmula n. 54/STJ), e desde a citação da parte ré, no caso de responsabilidade contratual.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EREsp n. 903.258/RS, Relator Ministro Ari Pargendler, Relator p/ Acórdão Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 6/5/2015, DJe 11/6/2015).

Dessa forma, por estar o acórdão vergastado em consonância com o entendimento desta Corte Superior, incide, no ponto, o Enunciado n. 83/STJ, aplicável tanto aos recursos interpostos pela alínea *a* quanto pela alínea *c* do permissivo constitucional.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015 por já terem sido fixados no limite máximo.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator